



SOCIOEDUCAÇÃO (EN) CENA: AGENCIAMENTOS ENTRE PSICOLOGIA SOCIAL E TEATRO



Bibiana Velasques¹
Raysha Nery²
Édio Ranieri³

¹ Bolsista do Projeto de Extensão Socioeducação (en) cena: agenciamentos entre psicologia social e teatro. Aluna do curso de psicologia da UFPel. E-mail: bibianavelasques@gmail.com

² Integrante do projeto de extensão Socioeducação (en) cena: agenciamentos entre psicologia social e teatro. Psicóloga formada pela UFPel. E-mail: raysha_nery@hotmail.com

³ Doutor em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS. Professor do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: edioranieri@gmail.com

Resumo

Socioeducação (en) Cena: agenciamentos entre Psicologia Social e Teatro é um projeto de extensão do curso de Psicologia da Universidade Federal de Pelotas iniciado em 2015. Seu principal objetivo é criar condições de possibilidade para invenção de territórios existenciais – disparados pelas artes, em especial pelo teatro – habitáveis por adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa ou egressos desse sistema. Trata-se, em suma, de um laboratório cênico, cuja maquinaria conceitual tem seu funcionamento acoplado à psicologia social contemporânea fortemente inspirada pelas obras de Gilles Deleuze, Friedrich Nietzsche e Michel Foucault. Neste ensaio, pretendemos apresentar as principais linhas de força que envolveram os processos em cena nesses dois anos de trabalho. A fim de tornar mais confortável o deslocamento do leitor por essas paisagens, dividiremos o ensaio em quatro momentos. Inicialmente, apresentaremos uma breve contextualização sobre o projeto. Na sequência, abriremos um tópico sobre as medidas socioeducativas. No terceiro movimento, apresentaremos as ações que compõem - metodologicamente - o projeto. E, por fim, apresentaremos um fechamento com nossas intenções de sequência ao trabalho

Palavras chave: Psicologia Social, Teatro, Adolescentes em Conflito com a Lei

Abstract

Socioeducação (en) Cena: agenciamentos entre Psicologia Social e Teatro is an extension project in the Psychology course at the Federal University of Pelotas that started in 2015. The main objective is to create conditions of possibility for the invention of existential territories – encouraged by arts, especially the theater- livable for adolescents in fulfillment of socioeducational measure or graduates of this system. It is, in short, a scenic laboratory whose conceptual machinery has its functioning coupled to a contemporary social psychology strongly inspired by the Works of Gilles Deleuze, Friedrich Nietzsche e Michel Foucault. In this essay we intend to present the main lines of force surrounding the processes on the scene in these two years of work. In order to make more comfortable the offset of the reader for these landscapes, we will divide the test into four times. Initially we will present a brief background on the project.

ing we will open a topic on socioeducational measure. In the third movement will present the actions that compose - methodologically - the project. And finally, we will present a closing with our intentions to work sequence.

Keywords: *Social Psychology, Theater, Adolescent in Conflict with the Law.*

Sobre o Projeto

Socioeducação (en)cena: Agenciamentos entre Psicologia Social e Teatro teve início em 2015, estando, portanto, em seu segundo ano de realização. Da obra de Michel Foucault - Vigiar e Punir - o projeto retira uma de suas principais premissas: a de que o sujeito é apenas um efeito do poder. Partindo dessa elaborada tese, o projeto se depara com a seguinte questão: em que medida a vontade correccional – que hora localizamos na PEC 171/93 - já está presente no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE – e mesmo no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA? Em que medida essa vontade correccional estaria criando condições de possibilidade para uma estranhíssima proposta de redução de maioridade penal, ou seja, em que medida o SINASE, e o própria ECA, fortaleceram a utopia correccional a tal ponto que chegássemos a uma proposta de emenda constitucional onde o conceito central de responsabilidade se vê confundido com responsabilização do indivíduo? Onde o grande sonho da utopia correccional, que é de corrigir no indivíduo um problema eminentemente social, ganhou a dimensão de uma emenda constitucional?

Buscando problematizar o que define como um grave retrocesso histórico, o projeto encontra potentes agenciamentos na psicologia social e no teatro. Na psicologia social encontra, entre as pesquisas de maior relevância, nesses cem anos de existência, um consenso científico: o de que somos, psicologicamente falando, socialmente constituídos. Tais pesquisas indicam a inviabilidade de remeter os atos de um sujeito a uma vontade que preceda sua relação com o social. Dizendo de outra forma, a Psicologia Social, através de uma farta literatura - GEORGE MEAD (1982); SILVIA LANE (1994); ROSANE NEVES (2005); PEDRINHO GUARESCHI (2012); etc. - demonstra que nossas vontades, desejos e quererem não podem ser pensados de forma isolada, mas sempre dentro de um contexto.

Ou seja, que devido à constituição social que nos forja, torna-se inviável remeter os atos de um sujeito a uma vontade individualizante, a qual precederia a relação do sujeito com o outro. Fundamental seria compreender, portanto, se essa obsessão pela responsabilização juvenil estaria contribuindo, verdadeiramente, para que adolescentes em conflito com a lei responsabilizem-se por seus atos ou se num nível mais profundo nada consiga realizar além de paralisar a responsabilidade numa ética deontológica. Dizendo de outro modo, se o sujeito é um efeito do poder, se ele é socialmente constituído, ao se buscar corrigir, reinserir, ou mesmo socioeducar o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, o que, efetivamente, se está realizando? Evidente-

mente, não se pode corrigir no indivíduo um problema social. Contudo, muitas políticas públicas buscam realizar essa estranha tarefa. No curso dessa realização, que aqui chamamos de Utopia Correccional, o corpo do adolescente, em cumprimento de medida socioeducativa, torna-se o alvo de tais conceitos.

Não estamos enfrentando, portanto, uma questão meramente teórica. Trata-se de perceber que esses conceitos criam condições de possibilidade para forçar sobre o corpo de uns uma responsabilidade que, em verdade, é de muitos. Aqui, finalmente se pode colocar uma questão fundamental do projeto: Seria possível ultrapassar a Utopia Correccional? O que aconteceria às Medidas Socioeducativas se o caráter deontológico, que lhe permite funcionamento, fosse desativado? Ainda assim haveria socioeducação ou estaríamos diante de outros possíveis?

A partir dessas inquietações encontramos no teatro, em especial no teatro contemporâneo, tido por alguns como pós-dramático, um importante dispositivo. Para pesquisadores dessa área, como Lehmann (2007), o que está em curso, nas últimas décadas, é uma importante transformação no cenário teatral. Já que estruturas fundamentais do teatro, como a representação, a mimese, o personagem, a dramaturgia linear – começo, meio e fim – a dialética, a totalidade, a ilusão, de forma geral “todo teatro baseado num texto como fábula, em que a cena teatral serve de suporte a um mundo ficcional” (CARVALHO, 2007, p.10), não são mais essenciais ao fazer teatral, tornando-se parte de um estilo, de uma forma, de uma maneira de fazer teatro.

O teatro dramático era construção de ilusão. Ele pretendia erguer um cosmos fictício e fazer que o ‘palco que significa o mundo’ aparecesse como um palco que representa o mundo – abstraindo, mas pressupondo, que a fantasia e a sensação dos espectadores participam da ilusão. ...Totalidade, ilusão e representação do mundo estão na base do modelo ‘drama’, ao passo que o teatro dramático, por meio de sua forma, afirma a totalidade como modelo do real. O teatro dramático termina quando esses elementos não mais constituem o princípio regulador, mas apenas uma variante possível da arte teatral (Lehmann, 2007, p. 26).

Em contraponto a esse modelo, dito dramático, o autor apresenta sua grande contribuição ao debate, bastante aquecido, sobre teatro contemporâneo, enunciado, assim, o conceito de Teatro pós-dramático.

O teatro já não aspira à totalidade de uma composição estética feita de palavra, sentido, som, gesto, etc., que se oferece à percepção como construção integral; antes assume seu caráter de fragmento e de parcialidade. Ele abdica do critério da unidade e da síntese, há tanto tempo incontestável, e se dispõe à oportunidade (ou ao perigo) de confiar em estímulos isolados, pedaços e microestruturas de textos para se tornar um novo tipo de prática (Lehmann, 2007, p. 91).

Sem aspirar à uma totalidade, da mesma forma, acreditamos que esse conceito de Teatro nos ajude a criar condições de possibilidade para invenção de novos territórios existenciais. O que estamos desenvolvendo, portanto, mais do que uma análise conceitual sobre as medidas socioeducativas, é um conjunto de ações práticas onde se buscam por dispositivos, no sentido de colaborar com a abertura de novos territórios existenciais – processos de subjetivação – capazes de acolher adolescentes em conflito com a lei. O projeto busca, dessa forma, problematizar a vontade correcional ao trabalhar com adolescentes em conflito com a lei através de uma lógica não correcional. O que pode o teatro diante da utopia correcional? Que sentidos pode oferecer o teatro a uma perspectiva inventiva de si e de mundos? Haveria no teatro uma potência grupal aberta aos processos de criação desses adolescentes? Estes adolescentes poderiam usar o teatro como território para invenção, produção, e criação de si e de mundos?

Trata-se de utilizar o teatro como matéria-prima para construção de pontes, elos, agenciamentos, conexões a novos territórios existenciais. Pois “grande, no homem, é ele ser uma ponte e não um objetivo: o que pode ser amado, no homem, é ser ele uma passagem e um declínio” (NIETZSCHE, 2011, p. 13).

Sobre as Medidas Socioeducativas

As medidas socioeducativas, previstas no artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), são aplicáveis sempre que houver ato infracional praticado por adolescente entre 12 a 18 anos. Essas medidas, ditas socioeducativas, podem abranger desde advertência; obrigação de reparar dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; até a inserção em regime de semiliberdade ou a internação em estabelecimento educacional (BRASIL, 1990).

Segundo Maraschin e Raniere (2011), a proposta socioeducativa vem à tona a partir de 1990 com a promulgação do ECA, momento histórico a partir do qual fomos levados a pensar numa ruptura conceitual. Ou seja, passamos a acreditar que os preceitos base do código de menores cederam espaço aos da garantia de direitos.

Quase 20 anos depois, uma importante sequência desse movimento entra em cena. Em 2006, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA – em parceria com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SDH – publica um documento regulatório, cuja pretensão seria a de padronizar a execução das Medidas Socioeducativas em todo país. Esse documento recebe o nome de Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE. Em 2007, o Poder Executivo encaminha um projeto de Lei à Câmara dos Deputados, que passa a tramitar como PL 1.627/07. Aprovado na Câmara, o projeto passa a tramitar no Senado como PLC 134/09. Em 25 de maio de 2010, o Senado aprova o relatório do senador Flávio Arns sobre o referido projeto. Em 18 de janeiro de 2012, finalmente, é promulgada a lei nº

12.594, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo em todo território brasileiro.

Segundo Maraschin e Raniere (2011), a necessidade de estabelecer um padrão para os procedimentos socioeducativos evidencia a existência, atual, de vários modos-modelos em funcionamento:

- 1) Platô Romântico-Humanista: Onde se pretende um adolescente protagonista de sua própria história. Trabalha-se no sentido de lhe proporcionar inclusão e autonomia.
- 2) Platô Jurídico-Garantista – Onde se pretende legalizar o adolescente em conflito com a lei. Trabalha-se no sentido de lhe proporcionar os benefícios e as responsabilidades legais.
- 3) Platô Mídia-Senso Comum – Onde se pretende punir com mais rigor o adolescente infrator. Trabalha-se no sentido de lhe submeter castigos mais intensos, por exemplo, atingir a maioria penal aos 16 anos.
- 4) Platô Assistencialista-Protetorista – Onde se pretende proteger o adolescente das mazelas sociais. Trabalha-se no sentido de lhe oferecer condições ideais para seu desenvolvimento.
- 5) Platô Religioso-Correcional-Resgatante-Salvacionista – Onde se pretende evangelizar o adolescente pecador. Trabalha-se no sentido de lhe converter a uma nova vida.
- 6) Platô Ideológico-Militante – Onde se pretende politizar o adolescente oprimido. Trabalha-se no sentido de lhe conscientizar sobre as desigualdades sociais.
- 7) Platô Escolar-Disciplinar-Profissionalizante – Onde se pretende fabricar um adolescente-corpo-dócil. Trabalha-se no sentido de lhe possibilitar o cumprimento das normativas do ensino formal e a inserção no mercado de trabalho.
- 8) Platô Self-Empreendedor – Onde se pretende que o adolescente desenvolva e cumpra metas (Maraschin e Raniere, 2011, p. 96).

Em todos os Platôs, percebe-se que a execução da medida, esteja ela amarrada a um caráter punitivo, reeducativo, restaurativo, protagonista, garantista, funciona sempre agenciada por uma Utopia Correcional, a qual permite responsabilizar o indivíduo - adolescente em cumprimento de medida socioeducativa - por um problema socialmente construído. Segundo Raniere (2014), esta maquinaria responsabilizante opera acoplada a um difuso de vários nomes: psique, personalidade, identidade, individualidade, o que nos leva a constatar que um dos eixos, senão o principal, do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, é o Plano Individual de Atendimento – PIA, obrigatório a todo adolescente em cumprimento de medida:

As ações socioeducativas devem exercer uma influência sobre a vida do adolescente, contribuindo para a construção de sua identidade, de modo a favorecer a elaboração de um projeto de vida, o seu pertencimento social (...). Para tanto, é vital a criação de acontecimentos que fomentem o desenvolvimento da autonomia, da solidariedade e de competências pessoais relacionais, cognitivas e produtivas. Nesse sentido, a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) constitui-se numa importante ferramenta no acompanhamento da evolução pessoal e social do adolescente e na conquista de metas e compromissos pactuados com esse adolescente (BRASIL, p.52, 2006. Destaque nosso).

Segundo Maraschin e Ranieri (2011), o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE – muito bem fundamentado em conceitos e tratados humanistas, estabelece a identidade do adolescente infrator como território privilegiado às ações socioeducativas. Dessa forma, uma das grandes questões que deram emergência ao projeto socioeducação (en) cena: agenciamentos entre psicologia social e teatro seria: até que ponto a prática socioeducativa tem seu funcionamento atrelado ao conceito de Identidade? Caso esse conceito fosse sumariamente extirpado das práticas socioeducativas, haveria ainda a possibilidade de se trabalhar no sentido de operar uma responsabilização individual no adolescente? Em que medida esse trabalho direcionado à responsabilização dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas seria uma grande fábula, uma grande ficção, sustentada pela utopia correcional? E o mais importante: a quem interessaria a manutenção dessa fábula?

Sobre o Conjunto de Ações que Envolvem a Realização do Projeto

A partitura que estamos percorrendo está estruturada em seis platôs¹. Os quais compreendem:

1) Seleção das Bolsistas:

Nesses dois anos de funcionamento, o projeto foi contemplado pelo Programa de Bolsas de Extensão e Cultura - PROBEC - da UFPel, com duas bolsas em 2015 e novamente com duas bolsas em 2016. A coordenação do projeto, com ampla divulgação, abriu um edital de seleção, ao qual puderam se candidatar estudantes regularmente matriculados nos cursos de Psicologia, Teatro e Cinema.

2) Elaboração do programa de oficinas:

Uma vez encerrado o processo de seleção das bolsistas, iniciou-se uma artista-gem visual que nominamos rosto virtual do projeto. Junto a ele, fora montada uma *fanpage* com o intuito de divulgar as ações que seriam realizadas no decorrer do ano. Semanalmente, a coordenação do projeto reunia-se com as bolsistas a fim de avaliar

¹Chamamos de “platô” toda multiplicidade conectável com outras hastes subterrâneas superficiais de maneira a formar um rizoma (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 33).

tais artistagens e organizar um calendário mínimo com base no conceito de oficinas-laboratório. O cronograma oferecido em 2015 pode ser acessado no item cinco (5) abaixo. Em 2016, tais atividades, por sua vez, foram planejadas levando em conta os resultados atingidos pelo projeto em 2015. Desse modo, a elaboração do programa retomou as oficinas-laboratório como dispositivo de invenção grupal. Ao mesmo tempo, tais atividades acabaram oportunizando certa formação em teatro e artes visuais aos integrantes do grupo.

3) Seleção dos Extensionistas:

Uma vez definido o cronograma das oficinas, abrimos um convite, via redes sociais, para seleção dos extensionistas: alunos da graduação e pós-graduação da UFPel, bem como comunidade em geral. Após a realização da oficina de seleção, passaram a integrar o projeto 15 novos membros. Estes integrantes vinham da comunidade pelotense, bem como de diversos cursos da UFPel: Teatro, Psicologia, História, Ciências Sociais, Cinema e Animação, etc. A ação foi repetida nos dois anos de vigência do projeto.

4) Apresentação do Projeto à Rede Socioeducativa de Pelotas:

Com apoio da Promotoria da Infância e Juventude de Pelotas, reunimos toda rede socioeducativa em 2015, para uma apresentação do projeto. Momento decisivo onde iniciamos uma grande parceria com o Centro de Atendimento Socioeducativo – CASE; com o Programa de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); e com o Centro de Atendimento em Semiliberdade (CASEMI); com o Juizado da Infância e da Juventude e fortalecemos o vínculo com a Promotoria da Infância e Juventude, de Pelotas.

5) Execução do programa:

Em 2015, foram realizadas as seguintes oficinas: Oficina de Socioeducação; Oficina de Educação Libertária; Introdução à Palhaçaria; Oficina de Confecção de Máscara; Oficina “Iniciação ao Street Dance”; Oficinas Circenses “Manipulação de Objetos” e “Perna de Pau”. Oficinas de Teatro “Introdução à Linguagem Teatral” e “Pré-expressividade: Estado de Jogo”.

6) Acolhimento dos adolescentes em conflito com a lei:

Nessa última etapa, oferecemos três oficinas, sendo cada uma delas em parceria com uma instituição diferente. A primeira oficina foi oferecida para os adolescentes do Centro de Atendimento Socioeducativo de Pelotas (CASE/Pelotas); a segunda, aos adolescentes que cumprem medidas em semiliberdade (CASEMI/Pelotas). Ambos os encontros tiveram como dispositivo as artes circenses “Perna de Pau” e “Manipulação de Objetos”. Por fim, aos adolescentes vinculados às medidas socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à comunidade (PSC), fora oferecida

uma oficina de “Introdução à Linguagem Teatral”. Finalizamos o ano de 2015 com essas intervenções.

Elencamos, aqui, quatro considerações acerca do rizoma² que vem se constituindo com o projeto:

1) Bons encontros com os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e acolhimento dos profissionais da rede socioeducativa no projeto:

No ano de 2015, o projeto abriu um campo de experiências cujos agenciamentos se deram entre a psicologia social e teatro. Tais experiências, como uma forma de convite ao projeto, criaram condições de possibilidade para continuarmos trabalhando. A partir desses encontros, com o retorno afetivo dos adolescentes, percebemos estar produzindo/oferecendo algo singular aos processos de subjetivação em curso. Ao mesmo tempo, os profissionais da rede socioeducativa de Pelotas passaram a nos solicitar, enquanto Universidade, atividades educativas que pudessem colaborar também com o desenvolvimento dos seus trabalhos. Como resposta, buscamos, em 2016, oferecer a eles uma formação sobre a temática em questão – Medidas Socioeducativas – utilizando-se, para isso, do mesmo modo, da linguagem cênica. Organizamos, assim, um cronograma de trabalho com a rede socioeducativa de seis (06) encontros semanais. Os quais dispararam a proposta do ‘Convite Cênico’ e criaram condições de possibilidade para invenção dos fragmentos cênicos que vieram a compor este dispositivo.

2) Criação coletiva de uma obra - artistagem socioeducativa:

Aquecidos pelos bons encontros do ano anterior, o grupo inicia suas atividades em 2016, com uma proposta de criação coletiva. Embora não houvesse certeza, no momento inicial, se essa composição seria uma radionovela, uma intervenção urbana ou um espetáculo teatral, uma imagem atravessava todo o grupo. A composição seria montada em parceria em colaboração com os adolescentes e em cumprimento de medidas socioeducativas. A imagem dessa composição permite ao grupo a criação de um dispositivo: o convite cênico. O processo de criação desse dispositivo exigiria uma nova cartografia, a qual não caberia no espaço deste ensaio. O que nos parece fundamental ressaltar aqui é que o mesmo passou a ser apresentado aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa como modo de convidá-los a fazer parte do projeto. Nesse momento, outubro de 2016, tais apresentações estão ocorrendo. Nossa intenção é de constituir com os adolescentes um espetáculo até dezembro deste ano.

² “[...] diferentemente das árvores ou de suas raízes, o rizoma conecta um ponto qualquer com outro ponto qualquer e cada um de seus traços não remete necessariamente a traços de mesma natureza; [...] O rizoma não se deixa reconduzir nem ao Uno nem ao múltiplo. [...] Ele não é feito de unidades, mas de dimensões, ou antes de direções movediças. Ele não tem começo nem fim, mas sempre um meio pelo qual ele cresce e transborda. Ele constitui multiplicidades lineares a n dimensões, sem sujeito nem objeto [...] Oposto a uma estrutura, que se define por um conjunto de pontos e posições, o rizoma é feito somente de linhas: linhas de segmentaridade, de estratificação, como dimensões, mas também linha de fuga ou de desterritorialização como dimensão máxima segundo a qual, em seguindo-a, a multiplicidade se metamorfoseia, mudando de natureza” (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 31).

3) Vídeodocumentário sobre o processo:

Vimos colecionando imagens desde o início do projeto. Neste momento, está em fase de edição um pequeno vídeodocumentário, cujo objetivo seria apresentar um material de fácil acesso ao trabalho realizado pelo Socioeducação (en) cena.

4) Permanência do Grupo:

Consideramos como importante resultado do projeto a permanência de vários integrantes no grupo. Apesar da entrada de novos membros em 2016 e da saída de antigos, a base do projeto permaneceu.

Para não Concluir

Tais agenciamentos, entre o Teatro e a Psicologia Social, permitiram ao projeto uma problematização pertinente acerca das medidas socioeducativas. Como produzir um campo de experiência que aponte para além dos muros conceituais da responsabilização juvenil?

Um teatro aliado à psicologia social não visa à construção de um horizonte predeterminado, nem uma prática voltada para o consumo e/ou para o espetáculo. Não se trata de selecionar um modelo a ser atingido pelo adolescente em conflito com a lei. Não pretendemos transformar esses adolescentes em bons empregados para uma classe média que se arroga o poder de julgá-los e responsabilizá-los individualmente pelos problemas sociais que costuma fortalecer, mas de perceber – juntos – que somos constituídos pelas máscaras que nossas condições de possibilidade permitem habitar.

[...] Os rituais de uma dada sociedade, ao exigir certas respostas predeterminadas, acabam por impor a cada um a sua “máscara social”. Somos o que somos, pois pertencemos a uma determinada classe social, cumprimos determinadas funções sociais e por isso “temos” que desempenhar certos rituais [...] (BOAL, 1983, p. 18).

Nesse sentido, o que poderia o teatro diante dessas máscaras ontológicas? Máscaras que muitas vezes nos são impostas pela classe, gênero e cor? Em que medida o teatro nos permite habitar efetivamente novos territórios existenciais? A arte pode ser utilizada, por estes adolescentes em conflito com a lei, como um mecanismo de invenção de si? São as questões que nos movem. Questões para as quais ainda não temos respostas propriamente científicas. Respostas que, talvez, nunca tenhamos efetivamente. O que sabemos, a partir de Manoel de Barros (2010) é que:

Um passarinho pediu a meu irmão para ser sua árvore.
Meu irmão aceitou de ser a árvore daquele passarinho.

No estágio de ser essa árvore, meu irmão aprendeu de sol, de céu e de lua mais do que na escola.

Referências

- BARROS, M. **O Menino do Mato**. São Paulo: Leya, 2010.
- BOAL, A. **200 exercícios e jogos para o ator e o não-ator com vontade de dizer algo através do teatro**. Civilização Brasileira.1997.
- BRASIL. **ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069 de 13 de junho de 1990.
- BRASIL. **SINASE – [S.I.]: Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo**, 2006.
- CARVALHO, S. **Apresentação**. In: Lehmann, H. *Teatro Pós-Dramático*. São Paulo: Cosac Naify, 2007. p. 7 –17.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia** v. 1. Trad. Aurélio Guerra Neto e Celia P. Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- GUARESCHI, P. **O que é mesmo psicologia social? Uma perspectiva crítica de sua história e seu estado hoje**. In: JACÓ-VILELA, A. M., and SATO, L., orgs. *Diálogos em psicologia social* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012.
- LANE, S. **Psicologia social : o homem em movimento**, organizadores : Silvia T. M., Lane Codo e Wanderley Codo. São Paulo : Brasiliense, 1994.
- LEHMANN, H. **Teatro Pós – Dramático**. Trad. Pedro Sussekind. São Paulo: Cosac Naify, 2007
- MARTINS, M.; PANNEK.W.; VELOSO. V. **Teatro pós-dramático e processos de criação e aprendizagem da cena: um diálogo com Hans-Thies Lehmann**. Revista Sala Preta, v. 13. p. 236-251, 2013.
- MARASCHIN, C; RANIERE, É. **Socioeducação e Identidade: onde se utiliza Foucault e Varela para pensar o Sinase**. Revista Katálysis. Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 95-103, jan-jun, 2011.
- MEAD, G. H. E. **Persona y sociedad: desde el punto de vista del conductismo social**. Barcelona: Paidós, 1982.
- NEVES, Ro. **A Invenção da Psicologia Social**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- NIETZSCHE, F. **Assim Falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém**. São Paulo. Trad. Paulo Cesar de Souza. Companhia das Letras, 2011.
- RANIERE, É. **A invenção das Medidas Socioeducativas**. Porto Alegre: Tese de Doutorado, PPG em Psicologia Social e Institucional, UFRGS, 2014.